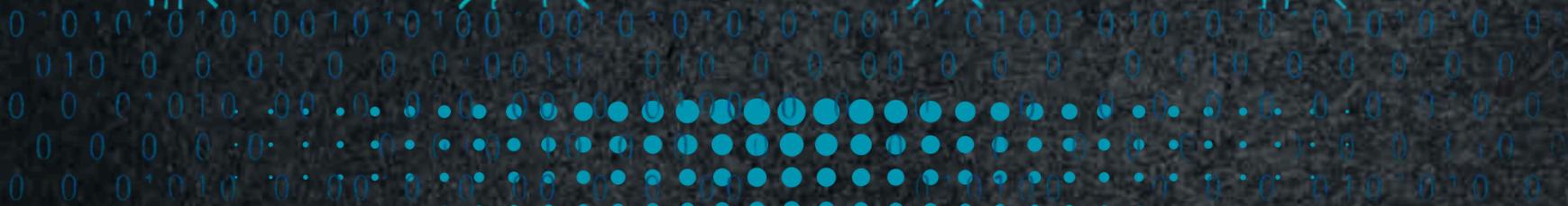




# BOLETIM INFORMATIVO

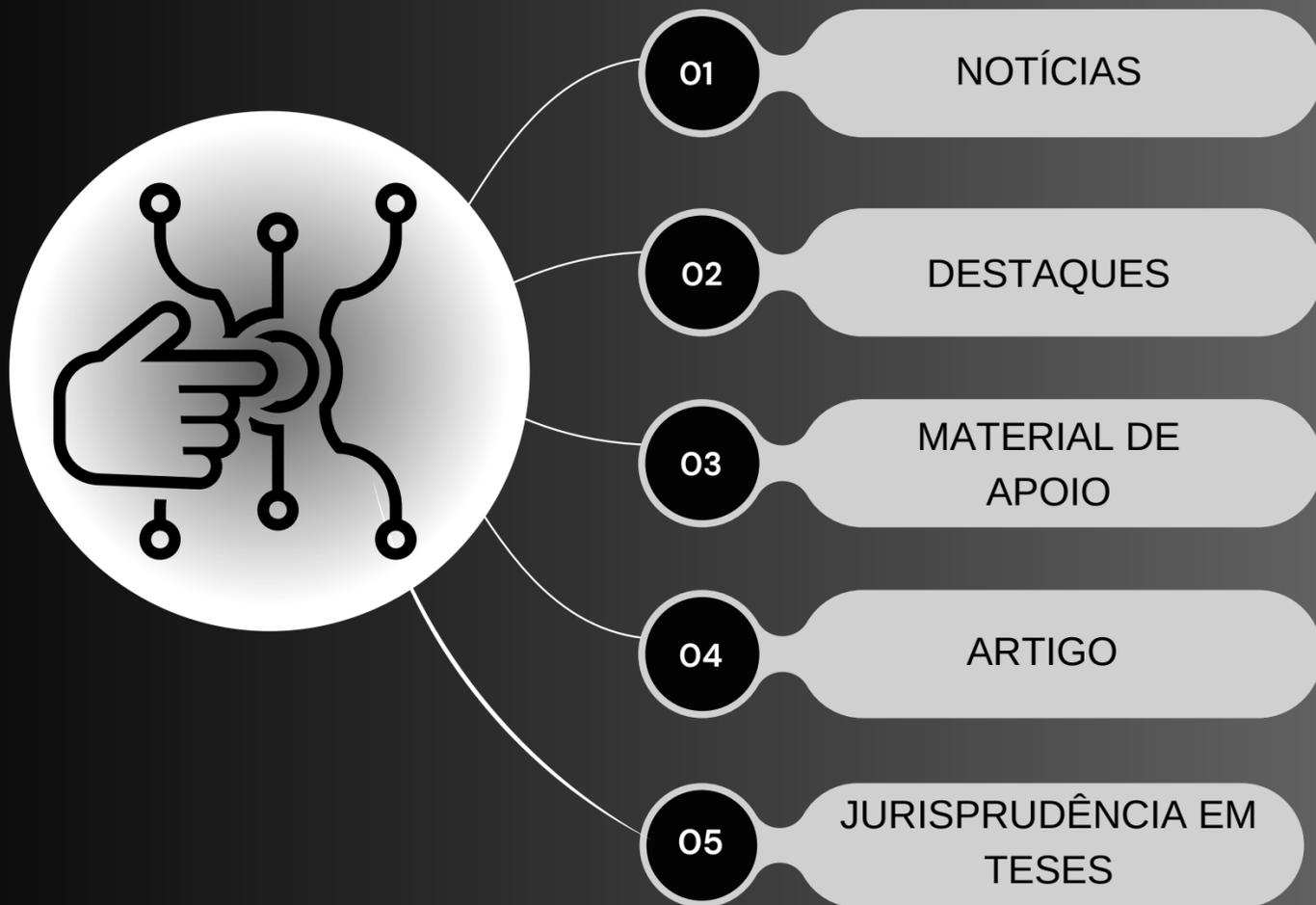
Edição n.º 09/2025



# APRESENTAÇÃO:

Trata-se de Centro de Apoio Operacional de Crimes e Ilícitos Digitais, criado em 2023, com missão principal de auxiliar as procuradorias e promotorias do Ministério Público Estadual em suas atividades funcionais, com medidas judiciais e extrajudiciais necessárias a reprimir crimes telemáticos e fomentar investigação cibernética.

# SUMÁRIO



## Equipe:

**Alexandre Balas**

Promotor de Justiça - Coordenador

**Reinaldo Antônio Vessani Filho**

Promotor de Justiça - Coordenador Adjunto

**Claudir Santos da R. Junior**

Auxiliar Ministerial

**Giulianna Almeida**

Residente Jurídico



**MPMT**  
Ministério Público  
DO ESTADO DE MATO GROSSO



# 1. NOTÍCIAS



Banco Central anuncia novas medidas de Segurança após ciberataques



MJSP alerta sobre riscos de deep nudes em audiência na Câmara



Após investigação da Polícia Civil, homem indiciado por estelionato é preso no Pará



TV MP: PGJ do Rio de Janeiro afirma que rastreamento de criptoativos é avanço no combate ao crime



SaferNet Brasil e CNMP firmam acordo para fortalecer a proteção de direitos humanos no ambiente digital



Anatel alinha ações com Polícias Civil e Federal para combater internet clandestina



Operação conjunta desmantela fábrica clandestina de bloqueadores de sinais em São Paulo



Golpes cibernéticos mais comuns: como os delinquentes cibernéticos exploram cada etapa do Cyber Kill Chain



Homem indenizará por divulgar vídeo íntimo de mulher nas redes



Financeiras e Meta indenizarão vítimas de golpe do falso advogado



PCDF investiga uso de perfis falsos de parlamentares para aplicação de golpes virtuais



ANPD participa de seminário sobre regulação digital e proteção de crianças e adolescentes



Polícia Civil de MT prende dois investigados por aplicar golpes contra vítimas do Estado de Sergipe



Polícia Civil deflagra operação contra fraudes na OLX e prende suspeitos em Mato Grosso e no Pará



Ataque cibernético contra a UFPI foi encomendado por manifestante, diz PF



Polícia Civil deflagra segunda fase de operação contra ataques a diretoria de cooperativa de saúde



Grupo suspeito de ataque bilionário é preso pela PF ao tentar invadir sistema PIX da Caixa Econômica



Operação Cyber Aegis combate crime virtual



Polícia Civil mira grupos especializados em fraudes eletrônicas contra figuras públicas



Contas de cinco prefeituras mineiras são alvos de ataques de hackers, e prejuízo chega a R\$ 5,8 milhões; AMM está em busca de solução



STF: Vista de Toffoli suspende análise de quebra de sigilo de buscas online



TikTok deve fornecer dados de perfil usado para ofender jovem de 14 anos



## 2. DESTAQUES

### **Polícia Civil deflagra operação contra fraudes na OLX e prende suspeitos em Mato Grosso e no Pará**

A Polícia Civil de Mato Grosso, por meio da Delegacia Especializada de Roubos e Furtos (Derf) de Rondonópolis, prestou apoio, nesta sexta-feira (12.9), à Polícia Civil de Santa Catarina, em uma operação para desarticular uma organização criminosa especializada em fraudes pela internet.

A operação, deflagrada pela Delegacia de Combate a Estelionatos do Departamento de Investigações Criminais da Capital (DCE/DIC) de Santa Catarina, contou também com apoio da Polícia Civil do Pará, e resultou no cumprimento de dois mandados de prisão temporária e sete mandados de busca e apreensão em Rondonópolis (MT) e Canaã dos Carajás (PA).

(...)

[CLIQUE AQUI PARA ACESSO À NOTÍCIA](#)

### **Polícia Civil mira grupos especializados em fraudes eletrônicas contra figuras públicas**

A Polícia Civil deflagrou, nesta sexta-feira (26), a Operação “Conexão Criminosa”, visando desarticular duas associações criminosas independentes e envolvidas na prática de fraudes eletrônicas contra personalidades públicas do estado de Mato Grosso.

As investigações, conduzidas de forma concomitante pela Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Informáticos (DRCI), embasaram os mandados expedidos pelo Núcleo de Inquéritos Policiais (NIPO) da Comarca de Cuiabá.

Ao todo foram cumpridos seis mandados judiciais, entre ordens de busca e apreensão domiciliar e de afastamento de sigilo telemático. Os endereços alvos são em Cuiabá e Várzea Grande.

(...)

[CLIQUE AQUI PARA ACESSO À NOTÍCIA](#)



**MPMT**  
Ministério Público  
DO ESTADO DE MATO GROSSO

# 3. MATERIAL DE APOIO

Há proibição expressa do perfilamento para fins publicitários

A lei é aplicável a todos os produtos ou serviços de tecnologia da informação direcionados a crianças e adolescentes no Brasil

Proibição de perfis comportamentais para fins de publicidade

As plataformas devem monitorar e restringir conteúdos inadequados

As contas de menores de 16 anos devem estar obrigatoriamente vinculadas a responsáveis legais

O ECA Digital entrará em vigor seis meses após a data de sua publicação

Os provedores com mais de 1 milhão de usuários infantis no Brasil devem publicar relatórios semestrais



[CLIQUE AQUI PARA ACESSO À CARTILHA](#)

# 4. ARTIGO

## A REVISÃO DO CÓDIGO CIVIL E O NOVO CONTEXTO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PLATAFORMAS DIGITAIS: O AVANÇO DE RECLAMOS DO DIREITO DIGITAL

HUMBERTO CUNHA DOS SANTOS <sup>1</sup>

### RESUMO

Em face da constituição de Comissão de Revisão do Código Civil, o artigo se propõe a discutir aprimoramentos ao tratamento da responsabilidade civil de grandes plataformas digitais, valendo-se da experiência estrangeira, enfocando a forma de estruturação do negócio explorado pelas plataformas digitais a partir de institutos centrais regidos pelo próprio Código sobre regras aplicáveis à sociedade empresarial, responsabilidade civil e disposições relativas aos negócios jurídicos em geral. O propósito do artigo encara o momento de revisão do Código Civil como uma preciosa oportunidade para ensejar a modificação de tratamento normativo de tema constante no Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), em particular, a responsabilidade civil das plataformas digitais por conteúdo gerado por terceiros (atualmente disciplinada pelos artigos 19 a 21 da Lei nº 12.965/2014). Além dos trabalhos da Comissão de Revisão do Código Civil, o tema vem sendo discutido pelo STF em sede de repercussão geral, assim como por outras iniciativas no Congresso Nacional, como o Projeto de Lei nº 2630/20, evidenciando a importância da discussão proposta. O artigo conclui pela necessidade de alteração das regras do artigo 19 da Lei nº 12.965/2014.

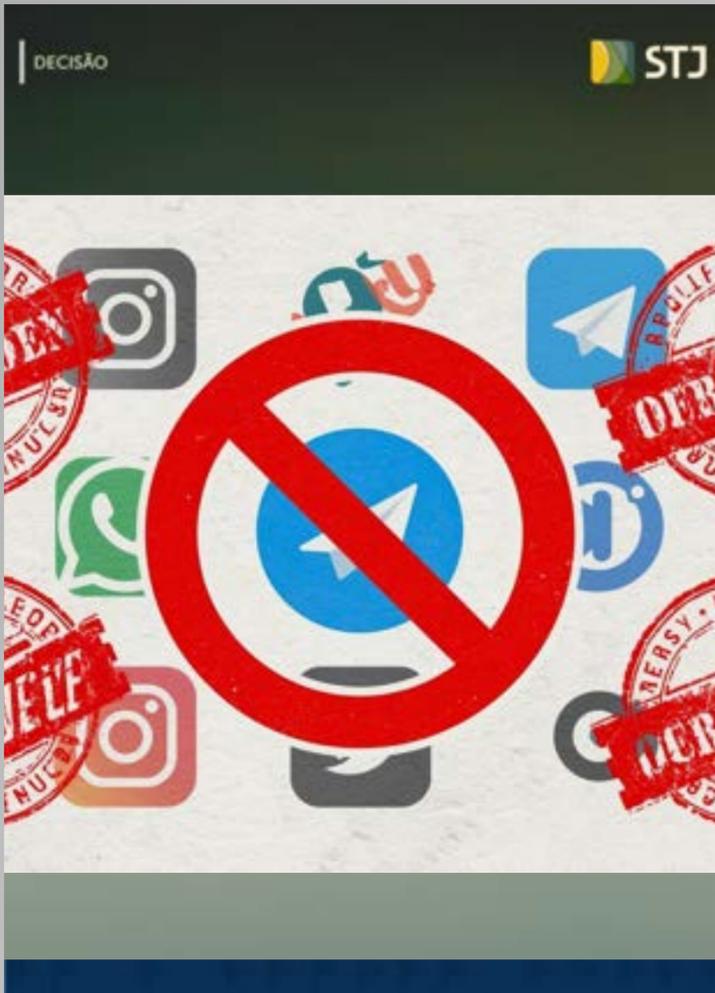
Palavras-chaves: Marco Civil da Internet; Plataformas digitais; Responsabilidade civil; Revisão do Código Civil.

(...)

<sup>1</sup> Doutor em Direito pela USP. Professor de Direito do CEUB. Procurador Federal junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7016660977664638>.

**[CLIQUE AQUI PARA ACESSO AO ARTIGO](#)**

# 5. JURISPRUDÊNCIA EM TESES



**A proibição de uso de redes sociais pode ser imposta para prevenir a prática de delitos virtuais, sem violar direitos fundamentais, desde que fundamentada adequadamente.**

No caso, não se constata qualquer irregularidade decorrente da suposta falta de fundamentação adequada para a manutenção da medida de proibição de uso das redes sociais, haja vista a persistência dos fundamentos da decisão que decretou tal medida, especialmente devido a gravidade concreta da conduta atribuída, uma vez que a acusada utilizava de suas redes sociais (Instagram) e aplicativos de mensagens instantâneas (Whatsapp e Telegram) para divulgar 13 plataformas de jogos de azar, postando dicas e formas de acesso aos grupos de divulgação por ela capitaneados, auferindo valores e adquirindo bens diretamente ligados à exploração dos jogos de azar.

(...)

Processo em segredo de justiça, Rel. Ministro Messod Azulay Neto, Quinta Turma, por unanimidade, julgado em 10/9/2025, DJEN 16/9/2025. Inf. n 864.

[CLIQUE AQUI PARA ACESSO A NOTÍCIA NO SITE DO STJ](#)

## RECURSO ESPECIAL Nº 2201694 - SP (2025/0081134-2)

### EMENTA

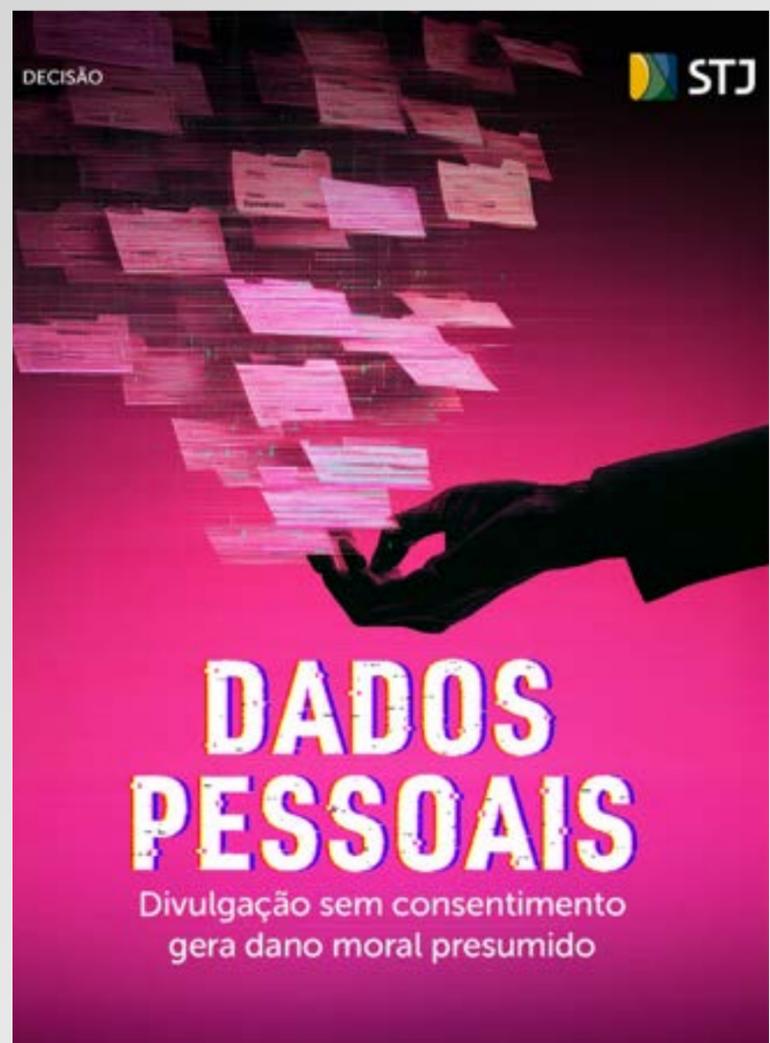
CIVIL, CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. TEMA 710 E SÚMULA 550 DO STJ. DISTINÇÃO. BANCO DE DADOS. DISPONIBILIZAÇÃO DOS DADOS DO CADASTRADO. HIPÓTESES PREVISTAS NA LEI Nº 12.414/2011. TERCEIROS CONSULENTES. RESTRIÇÃO LEGAL. DISPONIBILIZAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL PRESUMIDO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO GESTOR DE BANCO DE DADOS. CONFIGURAÇÃO.

1. Ação de obrigação de fazer c/c compensação de danos morais.

2. No particular, não se aplicam o Tema 710/STJ e a Súmula 550/STJ, que tratam especificamente do credit scoring, ficando expressamente consignado que essa prática "não constitui banco de dados", sendo este regulamentado pela Lei nº 12.414/2011.

(...)

[CLIQUE AQUI PARA ACESSO AO INTEIRO TEOR NO SITE DO STJ](#)





**MPMT**  
Ministério Público  
DO ESTADO DE MATO GROSSO